

# TERRITÓRIO COMO CONSTRUÇÃO SOCIO-HISTÓRICA: UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA NA PERSPECTIVA DA ESCOLA DA PROXIMIDADE

Sérgio Braz Magaldi<sup>1</sup>

**Resumo:** Essas notas de pesquisa bibliográfica procuram situar e contextualizar a atualidade do debate que se realiza em torno do conceito de território, considerado essencial e central no entendimento dos novos processos e dinâmicas que focalizam os chamados “distritos industriais”, os “sistemas produtivos locais” e os modos como se revelam e se materializam as “diferentes proximidades”. O estudo dos territórios produtivos, suas dinâmicas sociais e as diferentes modalidades de produção presentes sob a ótica da “proximidade”, envolve um acervo conceitual e uma terminologia diversa e complexa. Os estudos e debates sobre os distritos industriais (particularmente os italianos), alimentou, desde a segunda metade dos anos 70 do séc. XX, novas “entradas” e aportes teóricos sobre território e territorialidade, formulados principalmente por cientistas sociais, economistas e geógrafos franceses e italianos numa perspectiva interdisciplinar.

**Palavras-chave:** território; proximidade; distritos industriais; territorialidade; abordagem conceitual.

**Abstract:** These notes intend to summarize a search into bibliography references and theoretical sources concerned to the debate on the concept of territory, presently considered essential for the understanding the new process and dynamics that point on the industrial districts and productive local systems, as well as the ways that reveal and materialize “different proximities” by them. The study of productive territories, its social dynamics and the different types of production under the view of the “proximity” includes a rich and complex conceptual heap and vocabulary. Studies concerning industrial districts (mainly italian), feeded, from the late 70’s, new theoretical approaches on the concepts of territory and territoriality, chiefly formulated by italian and french social scientists, economists and geographers in a multi-field perspective.

**Keywords:** territory; proximity; industrial districts; territoriality; conceptual approach.

---

<sup>1</sup> Professor Assistente do Departamento de Geografia da FCT/UNESP/ Presidente Prudente. Endereço: Caixa Postal: 467. Tel (0xx18) 229 53 88. E-mail: [smagaldi@prudente.unesp.br](mailto:smagaldi@prudente.unesp.br) ou [sbmagaldi@uol.com.br](mailto:sbmagaldi@uol.com.br)

## TERRITORY AS A SOCIO-HISTORICAL CONSTRUCTION: A BIBLIOGRAPHICAL ANALYSIS IN THE PERSPECTIVE OF THE SCHOOL OF THE PROXIMITY

### 1. Introdução

O tema exige que se estruture o texto a seguir em duas partes. A primeira, procura dar conta de uma contextualização preliminar. A segunda, de selecionar, reunir e procurar dar sentido aos aspectos e relações que vêm sendo compilados, analisados, revisados e comentados a partir das leituras dirigidas à questão do entendimento do território como construção sócio-histórica. Neste sentido, alerta-se desde já que este segundo momento apresenta-se não mais do que como uma tentativa ou ensaio que resulta de uma investigação bibliográfica preliminar que focaliza o território como conceito central. Por fim, um outro alerta se faz necessário nesta breve introdução: as sistematizações que se seguem sobre o território, suas dinâmicas e suas imbricações com a dimensão temporal, expressam a visão de alguém que procura se esforçar desde algum tempo, para regularizar e consolidar canais de diálogo com a economia e com as ciências sociais, compartilhando questões que as aproximam da geografia e que, portanto, tomam parte de um domínio transdisciplinar.

### 2. Território como construção sócio-histórica: referenciais teóricos, históricos e principais conceitos (a contribuição da abordagem da proximidade)

Um argumento inicial que poderia motivar a reflexão e a investigação sobre a importância do território no entendimento dos processos e dinâmicas que configuram e marcam a trajetória das estruturas jurídico-políticas, institucionais, econômicas e culturais das diferentes formações sociais, seria aquele que afirma que, se por um lado, não se deve pretender que todas as possíveis (inter)relações (políticas, econômicas, etc.) possuam um conteúdo territorial subjacente ou se expressem, necessariamente, em termos territoriais, por outro, reconhece que aquelas relações que se revelam mais significativas do ponto de vista da construção de explicações que pretendem aproximar-se da complexidade do real, sendo portanto mais sofisticadas, não podem prescindir do território como elemento fundamental-complexo da estruturação social geral.

Daf se desdobrariam alguns enfoques. O primeiro, mais simples, é o que

afirmaria que o espaço<sup>2</sup> exerceria uma capacidade quase irresistível de sobredeterminação em relação às estruturas sociais, jurídico-institucionais, econômicas, etc. O segundo argumentaria, quase que por oposição ao primeiro, que as configurações espaciais “apenas” refletiriam/espelhariam os diferentes processos e relações sociais gerais, estes sim, (sobre)determinantes. Um terceiro, se dirige à defesa da existência de lógicas distintas e específicas para explicar arranjos, estruturas e configurações espaciais. Destes, se desdobrariam por exemplo, duas vertentes: as chamadas teorias espaciais puras, que focalizam unicamente as propriedades geométricas de variáveis espaciais, buscando padrões, independentes de quaisquer relações sociais e igualmente descoladas da dimensão histórica; e, aquela que poderíamos denominar de vertente ultra-historicista, singularista, relativista ou monográfica. Por fim, um quarto enfoque tentaria, através da análise e problematização de um corpo de conceitos em cujo substrato estão necessariamente presentes atributos e qualidades territoriais, tais como: trabalho, instituições, externalidades, sistemas produtivos, mercado, desenvolvimento (desigual), entre outros, revelar e compreender a territorialidade dos processos (econômicos, sociais, etc.), uma vez que esta se mostraria não só relevante, mas imprescindível para os referidos processos.

Dirigindo o olhar à trajetória do pensamento econômico, é mais do que conhecida a sua histórica negligência para com a dimensão espacial<sup>3</sup>. Tal insuficiência se faz sentir ainda mais quando se observam as hipóteses de base do paradigma neoclássico, particularmente no que tange ao território, quando se observa a hipótese da “perfeita mobilidade dos fatores” e o princípio geral da reversibilidade.

O início do rompimento com os princípios do equilíbrio, que no plano espacial se revelavam através do prisma da atomicidade locacional e dos modelos de circuitos (espaciais) harmônicos, começa a ser estabelecido a partir das contribuições de Marshall (1982), que ao chamar a atenção para a questão das externalidades

<sup>2</sup> Neste texto, não será objeto de comentário, exploração e análise, a discussão que se trava no plano teórico, relativa aos status e às extensões e limites conceituais de espaço e território. O que não significa deixar de reconhecer sua importância para a Geografia.

<sup>3</sup> Este agravo se faz sentir ainda mais pela desimportância que, igualmente, foi dada à dimensão histórica na trajetória do pensamento econômico dominante. Não obstante, deve-se lembrar que o espaço chegou a ocupar lugar de destaque em formulações teóricas precursoras da economia (fisiocratas, mercantilistas, Von Thünen, entre outros), desaparecendo quase por completo durante os séculos XIX e XX. Foi somente após as primeiras décadas do último século, que a dimensão espacial-territorial na economia passa a ser resgatada, recuperando a sua importância, ganhando novos contornos e tratamento teórico e empírico de destaque.

positivas e para os rendimentos crescentes em escala, define um novo rumo para o pensamento econômico-espacial, fixando em certa medida, os primeiros marcos da “fronteira” entre a “velha” economia espacial de matriz neoclássica e uma “nova” economia industrial, que passa a ter na dimensão espacial-territorial, um importante alicerce teórico-metodológico. A questão da diferenciação espacial então emerge, na medida em que são investigadas com maior profundidade, as dinâmicas causadoras das novas condições de concorrência, o que implica tomar o território como categoria central nas análises dos processos que originam e aprofundam a desigual localização das firmas e atividades econômicas. A inclusão do componente territorial garante assim, maior consistência à construção deste novo arcabouço explicativo, na medida em que se revela necessariamente inseparável às noções de externalidade, escala, concentração e integração (verticais, horizontais).

Em relação às críticas às formulações neoclássicas, não é demais lembrar que, embora os escritos de Marx a respeito da dimensão espacial de sua teoria da acumulação capitalista nunca tenham ocupado lugar de destaque, ele reconhecia que, a par das suas conclusões sobre a estrutura conflitiva das relações entre cidade e campo e da sua teoria da renda fundiária, a importância da expansão do progresso técnico como componente relativizador do peso dos recursos naturais na expansão do capital (Bottomore, 1988). O que parece ser mais relevante neste caso, se apresenta através daquilo que chamou de contradição entre a rigidez nas possibilidades de circulação, impostas pelo capital fixo imobilizado, e a necessidade inerente à valorização do capital de continuamente, superar tais “barreiras”.

Daí arriscar a perguntar e colocar em discussão nessas notas: as contribuições de Marx e Marshall, poderiam nos levar a pensar que por caminhos diversos, ambos teriam indicado que, mesmo mercadorias (e serviços) iguais ou substitutas próximas, se diferenciariam de alguma maneira segundo sua origem/proveniência, já que **não** haveriam idênticas situações territoriais de “combinação” de externalidades; de divisão/especialização de trabalho; de interatividades econômicas e sociais; de integração de atividades, unidades e processos; de cadeias de processos decisórios-regulatórios e de arcabouços institucionais. Nesse sentido, continuaria aberto o “caminho” para se continuar a reafirmar a relevância e a capacidade analítica e explicativa que os fatores distância, localização, proximidade, contigüidade e atratividade, por exemplo, mantêm ainda hoje, para a compreensão das estruturas e dinâmicas dos territórios (e para a construção de uma teoria do território), que não se limitem unicamente aos seus aspectos formais e operacionais, não obstante uma regular e consistente expansão geográfica de formas (arquitectu-

ras) de estruturas produtivas e de modos de organização e operação similares pelo mundo (um possível exemplo aqui seriam as diversas arquiteturas de redes), e de uma incontida mundialização quase que padronizada da funcionalidade dos mercados. Embora relevantes, ainda assim, tais elementos não seriam suficientes para justificar o território como construção sócio-histórica.

### 3. Do espaço ao território: a proximidade

O debate em torno da centralidade e da substancialidade do conceito de território como ‘ferramenta’ teórico-metodológica de alcance interdisciplinar, ganha significativa densidade com as contribuições trazidas pelos cientistas sociais, economistas e geógrafos originalmente francófonos, que se agrupam na chamada “Escola da proximidade”<sup>4</sup>. Além de ajudar a clarificar o significado da noção de “consensos relacionais”, a idéia de proximidade permite que se associe ao território um nexos coordenador, revelando “espessuras” institucionais e organizacionais que estariam ausentes quando tratamos de espaço nas suas acepções correntes (Mêo, 1998; Azais, 2000). Proximidade neste caso, como reveladora do êxito de um espaço econômico, não se prende à “proximidade” física (geocartográfica; geométrica). A proximidade seria portanto, multiforme. A par dos componentes de mercado, coexistem os elementos comportamentais e culturais, que se traduzem nas “relações de confiança”. Isto é, não se prende à órbita unicamente mercantil. Leva em consideração fenômenos, relações e lógicas extra-mercantis. A proximidade, revelaria antes de mais nada, interações entre agentes, organizações e instituições na constituição de círculos e ambientes de criação, aprendizado/descobertas e inovação. Os pesquisadores reunidos em torno da “Escola da proximidade” parecem propor uma concepção em que estão articuladas as dimensões: tecnológica, organizacional, institucional e cultural. Neste sentido, as economias baseadas na inovação e na mudança técnica, teriam a função integrativa de requalificar e de

---

<sup>4</sup> Constituem um círculo intelectual europeu, formado principalmente por franceses, mas com significativa presença e influência de pesquisadores italianos. Estes cientistas sociais, economistas, geógrafos, entre outros pesquisadores das ciências humanas, vêm desde o final dos anos 80 do séc. XX, procurando analisar e discutir os novos significados que se agregam ao território, debruçando-se sobre os processos que originam e dinamizam os chamados distritos industriais italianos e os sistemas produtivos locais franceses. Na França, se agrupam em torno da *Revue d'Economie Régionale et Urbaine* (RERU), que em 1993 publica um número especial sobre *Les Economies de la proximité*, considerado como um dos textos coletivos de referência desta escola; da *Revue Espaces et Sociétés*; e da Associação de Ciência Regional de Língua francesa (ASRDLF).

redefinir o espaço, tornando-o território, i.e, mobilizando-o, deslocando-o de uma dimensão meramente estática para uma de caráter dinâmico. Assim, a noção de proximidade representa um processo, mas também a maneira como diferentes organizações estão envolvidas, e isto repercute nas interdependências. A análise da “proximidade”, revelaria a possibilidade de se pensar (e de se agir) numa escala mesoanalítica (Azais, 2000). Neste sentido, não podem ficar alheios os atores sociais. Daí a noção fundante de “endoginizar o território”, isto é, “tomar” o território enquanto processo social, visto como “construção sócio-histórica” (Azais, 2000).

A via para se analisar as interdependências deve dirigir o foco aos “sistemas produtivos locais”, e aos modos como se revelam e se materializam as “diferentes proximidades”. O estudo dos territórios produtivos, suas dinâmicas sociais e as diferentes modalidades de produção presentes, envolve um acervo conceitual e uma terminologia diversa e complexa. Os estudos e debates sobre os distritos industriais (particularmente os italianos), alimentou, desde a segunda metade dos anos 70 do séc. XX, novas “entradas” e aportes teóricos sobre território e territorialidade. Chama a atenção nessa discussão, a valorização do conceito de “identidade” como conteúdo qualificador da territorialidade, que por seu turno, garantiria uma dimensão importante para a territorialidade, traduzida na noção de “pertencimento”. Neste sentido, a territorialidade refletiria, segundo Azais (2000), a “multifuncionalidade do vivenciado territorial dos membros de uma comunidade e de uma sociedade em geral”. Por isto que o autor afirma que os economistas da visão da proximidade “não se limitam à ótica da alocação/cominação de recursos/fatores, mas sim a ampliam na direção da ótica da criação/destruição”<sup>5</sup>.

A proximidade comportaria quatro hipóteses de base: a primeira, já anunciada, refere-se à visão ampla (e não puramente mercantil) de recursos; a segunda, inscreve a proximidade numa abordagem que a considera indissociável do tempo histórico; a terceira, diz respeito às irreversibilidades, isto é, que levam em conta interações agentes-atividades que estão na origem (histórico-social) da dinâmica territorial e produtiva local; e, a quarta, que sublinha que a proximidade “ultrapassa” a coordenação mercantil, ao fazer do vínculo social e também das instituições formais e informais, elementos intrínsecos e reguladores do próprio contexto da proximidade (Mêo, 1998; Azais, 2000).

Em relação à discussão do desenvolvimento local, e portanto, do surgimento/

<sup>5</sup> Formulação que denuncia certa filiação schumpeteriana.

desenvolvimento de um distrito inovador/dinâmico, é certo que se deva considerar uma escala temporal de maior duração, já que a organização de um sistema de conhecimento em bases consistentes, cumulativas e regulares, geradora de inovações competitivas – não necessariamente ou exclusivamente tecnológicas<sup>6</sup> –, constituem-se em elementos de competência e de regulação positivos, forjados no longo prazo, que irão diferenciar um dado território dos demais e que permitem a expansão/ampliação do sistema local, quer pela própria participação de seus membros, quer pela capacidade de apropriação e internalização seletivas das qualidades e “energias” resultantes das relações entre o sistema local e o “exterior” (Beccattini, 1987).

O território, enquanto construção sócio-histórica é também memória (Azais, 1999; 2000). Nesse sentido há uma diferença fundamental entre pertencimento ao território e pertencimento à rede. Naquele, os contornos de muitas das externalidades positivas são melhor definidos, assim como a presença da dimensão da identidade coletiva/pertencimento é “alta” no território e “baixa” na rede. Além disso, o território articula os tempos “longo” e “curto”, enquanto as redes limitam-se ao presente (tempo da eficiência/eficácia). Por fim, a regulação “conforta” e estrutura o território (assegura os direitos e estabelece as regras – implícitas/explicitas, consensuais/consentidas), enquanto as redes asseguram pouco e pouco “exigem” (do ponto de vista da regulação e da permanência/confiabilidade das relações, i.e., não geram, ou geram poucas ‘rugosidades’)<sup>7</sup>.

Por fim, se se quer justificar o território como construção sócio-histórica, há que se destacar a categoria trabalho e as suas estruturas organizacionais. A relação trabalho-território fica mais clara quando se observa o seu significado estruturador e qualificador para uma sociedade (portanto, para o território) e as passagens/sucessões históricas das diferentes estruturas de relações sociais que comanda e estabelece. A idéia desenvolvida por Azais (2000) de “*mise au travail*” parece-me constituir-se numa “chave teórica” criativa para entender as “passagens” de sistemas de relações de trabalho. Passagens que implicam numa série de

<sup>6</sup> Sociais, institucionais, comunicativas/informacionais, regulacionais, por exemplo.

<sup>7</sup> Tais considerações não significam desconsiderar as redes – quer do ponto de vista teórico, quer sob o prisma da sua capacidade de instrumentalizar a análise. Pretende-se apenas, por oposição, reiterar o conteúdo sócio-histórico internalizado ao conceito de território. Na dinâmica que alterna e combina concorrência e cooperação, as redes podem ser vistas como instâncias que estimulariam o crescimento dos sistemas locais, isto é, estes se “nutiriam” do global via redes.

regras, normas, instituições, etc., e que tomam parte daquilo que o autor chamou de “dinâmica territorial”. Cabe lembrar que ‘trabalho’, neste caso, é tomado na sua acepção mais ampla possível, o que permite avaliar as diferentes formas de trabalho, no sentido de que tais formas têm impacto na construção (social e histórica) do território.

A passagem abaixo, de C. Azais (2000, p. 15-16), nos ajuda a compreender como os representantes da Escola da proximidade vêm trabalhando a análise do conceito de território nos planos teórico e metodológico:

(...) O território é apresentado sob sua dupla dimensão, de ‘território de trabalho’ e de ‘território de vida’. Até agora, as análises do território dirigidas pelos economistas insistiram no papel das firmas na localização das atividades econômicas e tenderam a deixar de lado a tomada em consideração das relações sociais e, é claro, o trabalho. É necessário recuperar esta dimensão ainda mais se considerarmos que no ‘território de trabalho’ transparecem não somente a ação das firmas num espaço econômico, mas também as formas de ‘mise au travail’ dos indivíduos. O ‘território de trabalho’ encontra ou não o ‘território de vida, ou seja, os projetos políticos dos indivíduos, seus desejos. Tensões e conflitos que podem emergir resultam no ‘tornar-se’ (vir a ser) do território e em sua especificidade. A combinação das duas formas de território é considerada como produto das relações e não simplesmente econômicas e geográficas.

(...) De um ponto de vista metodológico, a análise do território supõe uma declinação sob dois aspectos, que correspondem às dimensões macro e meso de um lado, e micro de outro. As dimensões macro e meso levantam a questão do pertencer ao território visto sob o duplo ângulo do governo e o da fixação territorial das firmas (Zimmermann, 1999). O governo informa à respeito da natureza dos poderes e sua dinâmica (...). A dimensão micro, por sua vez, entende o território como lugar de expressão das experiências dos indivíduos; ela interessa às representações que eles fazem do território e encontra na sociologia e na antropologia os elementos necessários para sua compreensão. O fato de repartir o território nessas duas formas, ‘território de trabalho’ e ‘território de vida’ dá uma dimensão mais elaborada da dinâmica territorial. A meso análise sai reforçada.

#### 4. Comentários finais

As contribuições da escola da proximidade só recentemente vêm se tornan-

do conhecidas dos círculos acadêmicos brasileiros, particularmente os geógrafos, e muito pouco do acervo já acumulado por esta abordagem tem sido discutido, traduzido e publicado.

O contexto das políticas (públicas) industriais e urbano-regionais de fomento/desenvolvimento no seio da União Européia, provocadas em grande parte pelas diferentes situações críticas e redefinições locais e regionais que se seguiram ao esgotamento dos modelos de acumulação, de gestão e de produção (decrepitude das cidades e regiões industriais fordistas, por exemplo) de um lado; e, os novos processos de “destruição criadora” no seio dos velhos distritos ou em novas regiões, particularmente sob novos princípios gerenciais e organizacionais, em que se fundem novas tecnologias de informação, aprendizado/inação e, principalmente, o relativo sucesso de novos tipos de relação e coesão não exclusivamente mercantis entre agentes que passam a despontar neste novo cenário (pequenas e médias empresas, por exemplo), a partir do final dos anos 1970 e início dos anos 1980 do último século, constituem-se com certeza, nos fenômenos e processos motivadores e provocadores das indagações e investigações que conduzirão o esforço de sistematização destes cientistas sociais europeus reunidos sob o chamado paradigma da proximidade.

No plano teórico-metodológico, o comentário final dessas notas destaca a pluralidade sobre a qual a chamada escola da proximidade se move, o que pode ser verificado no esforço em recolher subsídios de diferentes abordagens da economia, da sociologia e da geografia por exemplo, permitindo que se observe o diálogo proposto com o regulacionismo, com o pós-fordismo, com o institucionalismo, com as contribuições da nova geografia industrial (economias de escopo e em redes), com os schumpeterianos, com os críticos do oligopólio e do mercado autogerível e defensores da concorrência e das políticas públicas de regulação econômico-industrial e ambiental. O que permite sublinhar sua originalidade por um lado, mas igualmente a necessidade de continuar o trabalho de aprofundamento dos conhecimentos e conceitos que constituem seu arcabouço teórico-metodológico e os resultados de suas investigações empíricas. Por fim, destacam-se nesta primeira aproximação e sistematização, a centralidade do conceito de território como catalisador dinâmico da processualidade socio-histórica sem se limitar ou reduzir a explicação de tal processualidade às rígidas fronteiras das relações, leis, regras e normas da economia.

Trata-se sem dúvida de uma nova contribuição à geografia econômica, o

que mobiliza positivamente aqueles que compartilham deste campo de análise não só à continuidade do intercâmbio, mas à “tradução” de seus princípios, teses e estudos à nossa realidade.

### **Bibliografia.**

AZAÏS, Christian. Temps, travail et territoire. *Revue d'Economie Régionale et Urbaine*, Paris, n.4, RERU/ASRDLF, p. 801-826, 1999.

AZAÏS, Christian. Temps et travail – une lecture de la dynamique territoriale. *XXXVI Colloque de l'Association de Science Regionale de langue française*, Grans-Montana, Suisse, p. 02-19, septembre, 2000, (Session E4 - Marche regional du travail).

BECCATTINI, Giacomo (Ed.). *Mercato e forze locali: il distretto industriale*. Bologna: Il Mulino, 1987.

BENKO, Georges et LIPIETZ, Alain (Orgs.). *As regiões ganhadoras – distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica*. Oeiras: Celta, 1994.

BENKO, G. et LIPIETZ, A. Géographie socio-économique ou économie géographique? In BENKO, G. et LIPIETZ, A. (Orgs.). *La richesse des Régions – la nouvelle géographie socio-économique*. Paris: PUF, 2000.

BOTTOMORE, T. (Ed.) *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

DI MÉO, Guy. Le territoire: um concept essentiel de la géographie sociale. *Les Documents de la MRSH*, Pau, n.7, p. 49-61, avril, 1998.

MARSHAL, A. *Princípios de economia* – volume I. S. Paulo: Abril cultural, 1982.